

**EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: IMPACTOS DA REDUÇÃO DA  
CARGA HORÁRIA PARA OS ALUNOS**

**PHYSICAL EDUCATION IN HIGH SCHOOL: IMPACTS OF REDUCED CREDIT  
HOURS FOR STUDENTS**

**Iasmim Santos Melo**

Acadêmica de Licenciatura em Educação Física  
AGES Centro Universitário, Paripiranga-BA, Brasil  
E-mail: [iasmim\\_mello@outlook.com](mailto:iasmim_mello@outlook.com)

ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-2085-3049>

**Jaqueline Gama Santana**

Acadêmica de Licenciatura em Educação Física  
AGES Centro Universitário, Paripiranga-BA, Brasil  
E-mail: [jaqueline.gama84@gmail.com](mailto:jaqueline.gama84@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-2085-3049>

**Paulo Cristiano Silva Sousa**

Acadêmico de Licenciatura em Educação Física  
AGES Centro Universitário, Paripiranga-BA, Brasil  
E-mail: [paulo07cristiano@hotmail.com](mailto:paulo07cristiano@hotmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2712-8560>

**Vitória Macedo Monteiro Gonçalves de Jesus**

Acadêmica de Licenciatura em Educação Física  
AGES Centro Universitário, Paripiranga-BA, Brasil  
E-mail: [vivi.monteiro12@hotmail.com](mailto:vivi.monteiro12@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-79986911>

**Cleiton Antonio de Oliveira**

Docente do curso de Educação Física  
AGES Centro Universitário, Paripiranga-BA, Brasil  
E-mail: [cleiton.oliveira@ages.edu.br](mailto:cleiton.oliveira@ages.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0502-9262>

**Davi Soares Santos Ribeiro**

Docente do curso de Educação Física  
AGES Centro Universitário, Paripiranga-BA, Brasil  
E-mail: [davi.ribeiro@ages.edu.br](mailto:davi.ribeiro@ages.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9816-2566>

**Recibdo: 09/07/2022 Aceite:01/08/2022**

**Resumo**

A reforma do ensino médio brasileiro, através da Lei 13.415/17, implementou a classificação da Educação Física enquanto itinerário formativo e com isso promoveu a sua flexibilização e a redução da sua carga horária na educação básica nacional. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir os possíveis impactos da redução da carga horária de Educação Física no contexto

escolar do ensino médio, diante da reforma do ensino médio promovida a partir da nova BNCC. Desse modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Os resultados apresentaram que o componente curricular perdeu o seu status de obrigatoriedade, se tornando flexível, permitindo, assim, que os Estados definam sua forma de aplicação e reduzam a sua carga horária. Logo, conclui-se que a flexibilização da Educação Física traz prejuízo para os discentes do ensino médio, visto que este componente curricular contribui na formação de um cidadão de hábitos ativos e de identidade crítico-analítica, sendo capaz de transformar a sua realidade e da sociedade a qual pertence.

**Palavras-chave:** Ensino médio; Educação Física; reforma; carga horária.

## **ABSTRACT**

The reform of secondary education, through Law 13.415/17, implemented the Brazilian classification of Physical Education formative itinerary and, with this, promoted its flexibility and the reduction of its workload in national Basic Education. In this context, the work aims to propose the possible impacts of reducing the workload of Physical Education in the context of High School, in view of the High School reform tested from the new BNCC. In this way, a literature with a qualitative approach was tried. The results showed that the curricular component lost its mandatory status, becoming flexible, thus allowing the States to define how to apply it and reduce its workload. It is concluded that the flexibilization of Physical Education brings harm to high school students, since this curricular component contributes to the formation of a citizen of active habits, of critical-analytical identity and capable of transforming their reality and society to which belongs.

**Keywords:** High School; Physical education; Remodeling; Workload.

## **1. INTRODUÇÃO**

A Educação Física tem raízes antigas, sendo que, em meados dos séculos XVIII e XIX, começa a se firmar enquanto área de conhecimento curricular, tornando-se parte do currículo das escolas. No Brasil, como afirma Benvegnú Junior (2011), esse processo se inicia na metade do século XIX, mais especificamente em 1854, com a obrigatoriedade da ginástica e da dança, respectivamente nos ensinos primário e secundário, e, a partir daí, a Educação Física adentra definitivamente na educação nacional.

Desta feita, é possível perceber que, no processo de afirmação da Educação Física, ocorreram grandes transformações para alcançar o status atual, no qual se torna uma das áreas do conhecimento que busca promover o desenvolvimento motor, psicossocial, ético-moral, do bem-estar e da saúde dos discentes.

Segundo Benvegnú Junior (2011), a partir de 1854, a Educação Física passa a fazer parte do currículo escolar e a ser moldada por influências externas, com objetivos específicos, como o higienista, pautando-se nos hábitos de higiene e saúde, em que os corpos eram adestrados. Na primeira metade do século XX,

segundo o autor, surge o movimento militarista no qual a Educação Física, apoiada pela disciplina educação moral e cívica, buscava formar indivíduos fortes e capazes para o combate e alienados em defender a nação, já na segunda metade do mesmo século, o militarismo promoveu, por meio da Educação Física, um movimento de “esportivização” como forma de controle social e desorganização dos movimentos estudantis, dificultando assim os combates destes movimentos contra os desmandos dos governos militares da época.

Após a redemocratização do país, legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do ensino fundamental, em 1998, e do ensino médio, em 2000, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, surgem a partir de debates, que se iniciaram no final do século XX e adentraram no século XXI, sobre a educação nacional e no campo da Educação Física que até então sofriam influências externas, que provocavam uma falta de identidade própria.

Essas legislações foram influenciadas pelo movimento renovador da Educação Física brasileira que surgiu na década de 1980, o que, para Machado e Bracht (2016), foi um movimento que buscou a mudança no perfil da Educação Física e a sua promoção enquanto componente curricular de modo a romper com a tradição que focava na aptidão e na esportivização.

A partir da LDB, sistematizou-se o ensino nacional, no qual as escolas passaram a integrar nas suas propostas pedagógicas curriculares a Educação Física, que se organiza respeitando as faixas etárias e as condições dos alunos. Nesse sentido, Grillo, Navarro e Rodrigues (2020) esclarecem que só a partir da LDB de 1996 a Educação Física passa a fazer parte da proposta pedagógica das escolas, pois se torna obrigatória. A Educação Física escolar é, portanto, uma construção social, com função sociocultural contribuindo na formação dos alunos, com complexa organização curricular (PALMA; OLIVEIRA; PALMA, 2018).

Neste sentido, o currículo é imprescindível nesse processo de aprendizagem, sendo sistematizado para que possa cumprir esta função, permitindo assim aos discentes a aquisição dos conhecimentos que foram socialmente produzidos e reproduzidos.

Diante do exposto, o presente estudo visa analisar e compreender as alterações e os impactos que a Lei 13.415/2017 vem causar na formação dos discentes do ensino médio, no desenvolvimento motor, psicossocial, ético-moral e na saúde, tendo em vista a flexibilização curricular trazida, que classifica a disciplina de Educação Física enquanto itinerário formativo dentro da Base Nacional Comum Curricular, construindo um currículo com aulas reduzidas. Dessa forma, a referida lei privilegia o ensino de Língua Portuguesa e Matemática em detrimento das diversas outras disciplinas, consentindo, assim, que as outras disciplinas sejam vistas como não obrigatórias para a formação dos estudantes do ensino médio, ou seja, disciplinas como Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia não necessariamente teriam importância em estar no currículo de forma contínua.

Nesse contexto, percebe-se que, devido à nova BNCC, a Educação Física escolar perde parte da sua importância na formação cidadã dos educandos do ensino médio, visto que, como afirma Nahas (2017), no ensino médio, ela deve promover, por meio de uma abordagem “teórico-prática”, uma discussão de conceitos aliada a uma experimentação que promovam, assim, uma mudança permanente no comportamento dos estudantes, tornando-os mais ativos.

Partindo desse pressuposto, é necessário refletir sobre o seguinte questionamento: como a Educação Física com carga horária reduzida e que deve dar continuidade ao trabalho de formação e desenvolvimento motor, psicossocial, ético-moral e de saúde dos discentes conseguirá, assim, contribuir nessa formação integral, de modo que os estudantes possam refletir e promover uma mudança comportamental duradora em suas vidas? Sendo assim, é possível afirmar que essa flexibilidade, que reduziu a Educação Física a itinerário formativo, só vem problematizar e não fortalecer o trabalho e a importância da Educação Física no ensino médio.

À vista disso, Brasil (2021) corrobora com esta ideia ao trazer recomendações para que as aulas de Educação Física almejem diversos benefícios à saúde geral dos estudantes, e para que isso ocorra é necessário que seja ofertada a Educação Física de qualidade por um profissional da área no decorrer de todo período da educação básica, que possa propiciar vivências

inovadoras e positivas. Todavia, com esta atual reforma no ensino médio, ainda que protegida por lei, a Educação Física vem perdendo espaço nos currículos escolares, que se expandiram a fim de atender os alunos em um mundo moderno e globalizado, e isto fica exacerbado no ensino médio, fase em que ela enfrenta sistematicamente a desvalorização.

Desse modo, a reflexão e a discussão sobre a Educação Física neste ciclo da vida escolar dos adolescentes se fazem de grande importância. Portanto, o presente estudo visa discutir os possíveis impactos da redução da carga horária de Educação Física no contexto escolar do ensino médio, diante da reforma promovida a partir da nova BNCC.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente estudo é definido por pesquisa de natureza bibliográfica e com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica tem como propósito vincular e investigar estudos publicados anteriormente, especialmente em artigos científicos e livros (CRESWEL e CRESWEL, 2021). De acordo com Gil (2010), a abordagem qualitativa objetiva esclarecer por que os problemas foram escolhidos e propor soluções para resolvê-los, mais do que se preocupar com a representação numérica, mas com a investigação mais a fundo da temática em pauta.

Para fins do levantamento bibliográfico, foram utilizados livros e artigos científicos encontrados nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo, com os seguintes descritores: ensino médio; Educação Física escolar; importância da Educação Física; Educação Física no ensino médio; impactos da reforma do ensino médio; Educação Física e o Novo Ensino Médio.

No primeiro parâmetro de busca, foram considerados os seguintes critérios: artigos escritos em português ou inglês, publicados entre 2010 e 2021 e que abordassem o tema do estudo. Posteriormente a uma avaliação preliminar das bases de dados terminadas, houve a seleção e a revisão a partir dos resumos dos trabalhos, a fim de apurar a decisão das publicações que foram utilizadas na elaboração deste presente estudo.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 Educação Física escolar**

A Educação Física enquanto disciplina tem início na Europa a partir de meados do século XVIII, como afirma Darido (2003), é o momento em que ela teria dado seus primeiros passos com “Guths Muths, Pestalozzi, J.J. Rousseau e outros”. Apoiando essa ideia, Soares (2004) afirma que isso se deu durante o processo de formação dos estados burgueses europeus, que passaram a buscar a formação de corpos fortes para o trabalho fabril e, assim, manter a hegemonia do estado burguês. Nesse período havia a necessidade de uma formação humana integral, que privilegiasse o desenvolvimento físico, desse modo, segundo a autora, a Educação Física seria o meio para alcançar esse objetivo.

Já no Brasil, vai ocorrer a partir de meados do século XIX, quando, segundo Darido (2003), ocorre a reforma “Couto Ferras”, e, assim, anos mais tarde, a ginástica e a dança tornam-se obrigatórias no ensino primário e secundário, respectivamente, no ano de 1854. Entretanto, para a autora, é só em meados do século XX, quando vários estados brasileiros promoveram suas reformas e inseriram a ginástica em seus currículos, que a Educação Física passa a ser vista enquanto disciplina. Sendo assim, só em meados do século XX, a Educação Física se torna uma disciplina obrigatória em muitos estados brasileiros.

Nesse período do século XX, a Educação Física escolar passa a ser influenciada por perspectivas higienistas, moralistas, militares e tecnicistas, como afirma Darido (2003), é nas 30 e 40, que a Educação Física, devido a influências externas, se pauta em aspectos higienistas, voltados para “hábitos de higiene e saúde”, e no modelo militar, buscando promover a formação de uma geração apta para o combate em caso de guerra. Soares (2004) corrobora com essa ideia quando afirma que a Educação Física/Ginástica pensada pelos “médicos higienistas” tinha como parte elementar a higiene, pois, para eles, os procedimentos higiênicos promovidos durante as aulas virariam hábitos diários dos estudantes.

Nessa perspectiva, é possível perceber que a Educação Física, por ter os seus objetivos propostos externamente, se torna parte complementar e isolada no

processo de ensino, sendo percebida sem uma identidade própria. Todavia, surge, no final do século XX, o movimento renovador da Educação Física brasileira, com discussões acerca da identidade e práticas dessa área.

Segundo Machado e Bracht (2016), esse movimento propunha uma mudança no paradigma que orienta a Educação Física, ou seja, a partir desse movimento, novos “padrões normativos” passaram a ser estabelecidos na sua prática, impulsionando a ruptura com os paradigmas pedagógicos tradicionais da aptidão física e da esportivização, o que a legitimou enquanto disciplina curricular, com um papel social importante na promoção de uma sociedade crítico-reflexiva, capaz de transformar a sua realidade.

Nesse viés de transformações ocorridas no final do século XX, surgem leis que promoveram a identidade da Educação Física, como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei 9.394/96, inserindo-a nas três fases da Educação Básica Nacional (EBN), porém, só em 2001, com a lei federal 10.328/2001, ela passa a ser obrigatória nos ensinos Infantil, Fundamental e Médio.

Conforme Metzner (2012), a LDBEN de 1996 promoveu diversas mudanças na EBN, como a integração dos ensinos Infantil e Médio, buscar a promoção e o desenvolvimento nos alunos de capacidades e competências e promover a Educação Física como disciplina integrante do currículo da EBN. Como afirma Ribeiro, Ribeiro e Oliveira (2021), o termo “obrigatório” foi inserido no artigo 26, inciso 3º, da LDB 9.696/96; essa foi uma tentativa de promover a Educação Física em todas as fases da EBN.

Nessa seara, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) dos ensinos Fundamental e Médio, respectivamente dos anos de 1998 e 2000, também embasaram a Educação Física escolar. Para Neto (2014), estes documentos foram elaborados e propostos pelo Ministério da Educação, com o propósito de nortear a construção dos currículos das escolas em todo o país, servindo de base para a elaboração de propostas curriculares nos estados e municípios, com limites e condições para o desenvolvimento de currículos nas escolas, com um mínimo de conteúdo a serem ministrados. Desse modo, os PCNs de Educação Física e dos demais campos curriculares tornam-se bases para que escolas, municípios e

estados proponham um currículo mínimo para a formação dos estudantes brasileiros.

No ensino fundamental, o PCN de Educação Física traz três princípios básicos: a inclusão, na qual, por meio das práticas de ensino, há a inserção e inclusão dos alunos na cultura corporal de movimento, visando acabar com a exclusão dos considerados menos aptos; a diversidade, em que, independentemente da condição dos alunos, passam a experimentar as várias possibilidades de aprendizagem, por intermédio da cultura corporal de movimento; e a categorização de conteúdo, a partir das áreas conceitual, procedimental e atitudinal, em que o ensino se dá ao relacionar o fazer com o compreender e o sentir com o corpo, nesse viés o aluno vivencia o cotidiano da escola para, assim, construir atitudes e valores (BRASIL, 1998).

Já no ensino médio, os PCNs possibilitam uma atuação objetiva dos professores de modo a desenvolver os alunos em sua totalidade, sendo assim, as aulas de Educação Física devem contribuir para a continuidade da formação promovida desde o ensino fundamental (BRASIL, 2000). Dessa forma, a Educação Física deve buscar a formação integral (motora, psicossocial, cultural e ética) dos alunos, iniciada no ensino fundamental e concluída no ensino médio, para que esses sejam capazes de fazer uma releitura de mundo, autônoma e crítica, que possa promover uma mudança da realidade sociocultural e político-econômica, de modo a promover uma melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

Na perspectiva de formação continuada, é possível perceber que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), contempla a Educação Física nas três fases da EBN, entretanto de maneiras distintas, como na Educação Infantil, na qual a prática ocorre a partir do campo de experiências “corpo, gestos e movimentos” (BRASIL 2017). Como afirmam Ribeiro, Ribeiro e Oliveira (2021), é a partir desse campo específico da BNCC que os conhecimentos e práticas da Educação Física são aplicados na Educação Infantil, tornando necessária, assim, a necessidade de um profissional formado na área, tendo em vista o desenvolvimento integral dos educandos. Ou seja, torna-se imperativo que um profissional de Educação Física atue nessa fase de modo a promover o desenvolvimento motor dos educandos.



Já no ensino fundamental, este componente curricular passa a fazer parte do campo das linguagens e suas tecnologias, e, segundo a BNCC (2017), ele parte das significações e codificações sociais, promovidas a partir da diversidade das práticas corporais produzidas e reproduzidas historicamente, pelos vários grupos sociais e que, dessa forma, constituem a cultura corporal de movimento, visando promover nos alunos o reconhecimento analítico-crítico, possibilitando a sua autonomia para usufruir, promover, reproduzir e criar práticas corporais, tornando-se capazes de cuidar de si e da sociedade na qual está inserido (BRASIL 2017).

É, pois, a partir dessa vivência dos diversos elementos da cultura corporal de movimento, promovida nas aulas de Educação Física, que os alunos são formados para alcançar toda a sua potencialidade, partindo do campo do desenvolvimento motor, passando pelo psicossocial, emocional e ético-moral, e também no campo da saúde, de modo a promover a formação completa de um cidadão.

Entretanto, a BNCC (2017) aplicada ao ensino médio, que segue também definições das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio (DCNEM), distanciou a Educação Física escolar, dessa perspectiva que veio se construindo com o passar dos anos, principalmente a partir dos anos de 1980, pois, como afirmam Beltrão, Teixeira e Taffarel (2020), o ensino médio passa a ter um currículo formado pela BNCC (2017) e os itinerários formativos, passando a ter dois momentos, um de conhecimento comum e outro específico ao interesse da cada educando.

Destarte, a BNCC (2017) torna a maior parte do currículo flexível com o surgimento dos itinerários formativos, pois, muitos componentes, antes obrigatórios, tornam-se flexíveis. Nesse viés, a Educação Física, assim como outras disciplinas, exceto Português e Matemática, passa a ser trabalhada inclusive em outros componentes curriculares ou mesmo em área de conhecimento.

Sendo assim, com o Novo Ensino Médio promovido a partir de 2017, a Educação Física escolar perde seu status obrigatório e a sua identidade curricular, ambos, fruto de longa luta em se afirmar enquanto disciplina da EBN, pois, nessa nova formatação, as redes estaduais (que ofertam essa fase da educação básica) poderão reduzir a carga horária da disciplina. Isso nos é mostrado por Beltrão, Texeira e Taffarel (2020), ao apontar para o currículo baiano, que reduziu o número

de aulas semanais de Educação Física para os 1º e 2º anos e excluiu a disciplina para o 3º ano do ensino médio.

Para os autores, aos educandos se nega a experimentação das várias práticas da cultura corporal de movimento, historicamente construídas pelas diversas sociedades, enquanto que, os profissionais da área passam a ter que se dividir em diferentes escolas ou agregar aulas de outros componentes curriculares para completar sua carga horária.

Partindo do exposto, percebe-se que a reforma e aplicação da BNCC (2017) no ensino médio promove um retrocesso para as disciplinas que perderam seu status de obrigatoriedade, como é o caso da Educação Física, que, durante muito tempo, lutou para se firmar enquanto disciplina curricular, pois, agora, a flexibilidade imposta pela BNCC nega o caráter de importância da Educação Física escolar, na promoção de uma sociedade mais ativa, crítico-analítica e ético-moral, capaz de transformar sua realidade socioeconômica e política.

### **3.2. Ensino Médio**

O atual ensino médio há alguns anos era conhecido como ensino secundário, ou seja, o antigo segundo grau. É a última etapa da educação básica no Brasil e tem o período de três anos, que são o 1º, o 2º e o 3º ano. O objetivo principal é fortalecer e aprofundar os fundamentos adquiridos ao longo do ensino fundamental, além de aprimorar os estudantes para encarar os processos seletivos de universidades, como Enem, concursos públicos e militares, bem como forma de preparação para o mercado de trabalho.

A Educação Física, estabelecida no currículo em 1882 com o parecer de Rui Barbosa, bem como nas décadas finais do século XIX às primeiras do século XX, atuou enquanto elemento curricular baseado nos moldes militares. Desse modo, as experiências escolares e a prática informal de atividades motoras passaram a interagir com essa vivência escolar, reiterando ou modificando os significados construídos no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Machado e Bracht (2016), com as diferenças encontradas dentro do Movimento Renovador, podem ser vistos alguns pontos unitários, como requerer que a Educação Física fosse uma disciplina básica no currículo. A junção da contestação foi posicionada no objetivo

de ampliar os pilares teóricos encontrados nos discursos da Educação Física e a excitação pelos combates sociais por sua valorização da sociedade.

Observa-se que, durante o processo histórico, a Educação Física no ensino médio teve que se adaptar de acordo com as necessidades da época, passando por diversos tipos de influência, sejam elas militares ou esportivistas. Darido (2003) afirma que a Educação Física teve diversas influências no decorrer do seu processo histórico, conforme a necessidade em cada época vivenciada pelo ser humano. Houve referência médica, com funcionalidade higienista; influência militar, em que os sujeitos passavam por uma espécie de treinamento físico para proteger a nação; influência esportivista, período no qual as aulas serviam para a descoberta e preparação de atletas.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, todo cidadão terá direito à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio (BRASIL, 1988). Nessas etapas, a educação básica executa um dever que, segundo Melo e Leonardo (2019), se vincula à verdadeira função da escola, que é a transmissão, às novas gerações, do saber produzido pela humanidade ao longo de sua história. O ensino médio é uma das etapas essenciais na formação do aluno, nele são desenvolvidos aspectos fundamentais da formação básica os quais são de suma importância para sua formação como cidadão.

Muito se demanda a respeito da matriz curricular do ensino médio, o que é corroborado pela discussão sobre o Novo Ensino Médio e suas alterações executadas por meio da introdução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas, de acordo com a Lei nº 13.415/2017. Um questionamento viável é se essa atual reforma gera resultados satisfatórios no sentido da preparação do aluno, alcançando as novas exigências e realidades da sociedade, ou se é unicamente uma modificação da estrutura anterior, concebida ainda no século XX.

Nesse viés, Gonçalves (2017) discorre que o Novo Ensino Médio passa a ter um currículo com foco nos resultados, pois se tornou pragmático e utilitarista, o que, segundo o autor, não se põe ao debate de “uma educação de qualidade” com foco na formação integral do educando.

Com a criação da Lei nº 13.415/2017, houve o aumento da carga horária do educando com o intuito de promover a sua formação voltada para o mercado de

trabalho, o que ocasionou a flexibilidade de algumas disciplinas, que eram de suma importância para a formação ética e moral do sujeito, como a Educação Física, entretanto, ela imprime a obrigatoriedade de estudos e práticas de educação física, mas não a sua obrigatoriedade enquanto disciplina curricular. Isso é o que pode ser percebido no parágrafo 2º do artigo 35-A da LDB 2017, ao afirmar que a BNCC (2017) deliberará quanto aos “direitos e objetivos de aprendizagens do ensino médio” para as áreas do conhecimento como Física, Arte, Sociologia e Filosofia, o que deverá ocorrer por meio de estudos e práticas (BRASIL, 2017).

Observa-se que algumas disciplinas foram sacrificadas em detrimento de outras, causando, desta forma, prejuízo na formação do aluno, já que Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia, disciplinas de suma importância para a formação dos educandos, deixaram de ser disciplinas curriculares obrigatórias, para se tornarem flexíveis, diferente de Português e Matemática.

Como afirma Gonçalves (2017), o Novo Ensino Médio, promulgado pelo governo federal, estabelece as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática enquanto obrigatórias para os três anos do ensino médio. Para a autora, o governo parece focar em uma formação que capacite os jovens para realizarem os exames externos que medem os níveis educacionais do país, além de implicar na hipervalorização das disciplinas de Português e Matemática e flexibilizar as demais.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que orienta a educação brasileira, a Educação Física vive o paradigma de revisar qual o seu papel dentro da EBN, frente às transformações promovidas pela nova LDB. Segundo o estudo de revisão sistemática de Almeida (2017), a cultura escolar relacionada à Educação Física ainda se encontra presente na realidade do docente, fazendo existir o ato do abandono e cooperando para a desvalorização da Educação Física escolar.

Diante de tantas mudanças, a Educação Física tem que se reinventar para acompanhar as transformações sociais e as mudanças impostas pelas novas leis, estreitando, dessa forma, as relações entre a teoria e a prática pedagógica com o intuito de contribuir para a formação de todos.

O ensino médio tem percorrido grandes caminhos desde o PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio –, o qual visava orientar o

professor, na busca de novas abordagens e metodologias diante dos princípios da reforma curricular, até a BNCC (2017), a qual definiu o conjunto de aprendizagens fundamentais para os alunos da educação básica.

Diante de tais mudanças, cabe ao professor se reinventar, fazendo com que os alunos não tenham uma visão de que é uma disciplina voltada apenas para os esportes e a recreação, buscando, desta forma, desenvolver atividades direcionadas para outros aspectos, como trabalhos cognitivos, motores e socioculturais, podendo realizar outras práticas, como dança, luta, ginástica e atividades lúdicas, as quais têm o intuito de deixar a disciplina mais atraente e contribuir, assim, de forma positiva na formação dos alunos.

### **3.3. A redução da carga horária e os possíveis impactos nos estudantes**

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificamente a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, consentiram que as escolas de ensino médio oferecessem o componente curricular da Educação Física como itinerário formativo, à escolha dos alunos, bem como outros componentes do currículo, com exceção de Português e Matemática, que são as únicas disciplinas obrigatórias. Em decorrência disso, algumas secretarias de educação, juntamente com as escolas, estão diminuindo a carga horária da Educação Física do planejamento curricular.

De acordo com Bastos et al. (2017), o ensino da Educação Física no ensino médio irá ficar em segundo plano em relação às outras disciplinas do currículo, devido ao fato de que não está nítido em qual período do ensino médio a Educação Física estará inclusa. Como resultado, os alunos do ensino médio são muito menos propensos a aumentar a conscientização refletindo sobre as práticas corporais que são diretamente relevantes para a ordem social contemporânea, o desenvolvimento motor e a promoção da saúde.

De acordo com Brasil (2018), a BNCC, em concordância com este ideal, traz a Educação Física como uma área que favorece a formação de indivíduos capazes de desfrutar, produzir e transfigurar a cultura corporal de movimento, para que sejam capazes de tomar decisões éticas, conscientes, críticas e reflexivas acerca

dos discursos sobre o corpo e as práticas corporais de movimento, na sociedade e no próprio plano de vida.

Vale ressaltar também que a falta de acesso e a evasão das aulas de Educação Física, principalmente no ensino médio, de acordo com Silva (2013), podem prejudicar o desenvolvimento de hábitos de vida fisicamente ativos, tendo em consideração que experiências positivas na adolescência podem ajudar o indivíduo na manutenção da sua saúde ao longo da vida.

Além disso, segundo Silva (2013), as aulas proporcionam o incentivo e o conhecimento sobre diversas possibilidades de práticas corporais, estas que têm impacto positivo no nível de aptidão física e no desempenho cognitivo dos jovens, além de favorecer a manutenção da massa corporal e da eficiência cardiorrespiratória. É nesse sentido que o professor de Educação Física em suas aulas deve educar seus alunos e instigar a prática constante de atividades físicas, auxiliando-os em um estilo de vida mais ativo.

De acordo com a BNCC (2017), a cultura corporal de movimento serve para diferentes fins e é por meio da Educação Física que existe a possibilidade de promover uma melhor experiência para “crianças, adolescentes, jovens e adultos”, de modo que esses possam cuidar melhor, a partir destas experiências práticas, do seu corpo e da sua saúde (BRASIL 2017). Assim, a Educação Física escolar pode viabilizar o desenvolvimento físico e cognitivo, a educação pela mobilidade, a socialização e o cuidado com o corpo, com o desenvolvimento de competências e habilidades recomendadas para cada fase, obedecendo a cadência e o desenvolvimento psicossocial do discente posto no ensino médio.

Nesse sentido, Brasil (2021) destaca a importância de a comunidade escolar apoiar e oportunizar a Educação Física uniformemente às outras disciplinas. Assim, as aulas de Educação Física podem proporcionar tais benefícios com os direcionamentos corretos, que podem possibilitar os conhecimentos necessários.

De acordo com Palma, Oliveira e Palma (2018), isso é possível diante do rol de conteúdos posto no ensino médio, que são capazes de promover a compreensão e conhecimento sobre o corpo, a nutrição, as diferentes práticas corporais, o exercício e os cuidados necessários referentes ao corpo em geral, as capacidades físicas, as relações entre esporte, sociedade, interesses econômicos,

violência e lazer, as expressões corporais, os aspectos socioculturais, dentre tantos outros.

Nessa mesma concepção, Darido (2003) refere-se ao ensino de Educação Física como um patrimônio cultural da humanidade, que é digno de ser conservado e propagado com os objetivos de ensino de acordo com o momento na história, perpassando a vivência do lazer, a promoção da saúde e a perspectiva crítica.

No estudo de Tenório et al. (2010), constatou-se que mais de 65,1% dos adolescentes do ensino médio que participaram do estudo estavam insuficientemente ativos e expostos ao comportamento sedentário. Neste sentido, a sociedade alude dados preocupantes em relação à juventude no mundo, com estudos que ressaltam o sedentarismo a um comportamento de risco à saúde, como o desenvolvimento da obesidade nos adolescentes.

Há evidências de que o hábito de praticar atividade física regular na adolescência está vinculado, a diversos benefícios para a saúde, pois reduz a chance de desenvolvimento de doenças crônicas, aumenta a massa corporal magra, diminui adiposidade, melhora a capacidade cardiorrespiratória, a resistência muscular e a força, além de notáveis efeitos psicossociais (BRASIL, 2021).

Atualmente, de acordo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020), a atividade física é pautada como uma das principais bases da saúde, destacando o desempenho para a prática das atividades físicas de recreação com o tempo necessário, limitando, assim, as horas aplicadas em atividades que incitam o sedentarismo e a vida social aprisionada dos indivíduos em geral.

Todavia, apesar de tanto conhecimento relacionado aos benefícios da atividade física enquanto fator de prevenção de doenças e da promoção da saúde, é alarmante o quanto a população apresenta comportamento sedentário (GUEDES et al., 2012). Dito isso, a redução das aulas de Educação Física na formação dos alunos, conseqüentemente, poderá acentuar cada vez mais a insuficiência de atividade física nos adolescentes, que podem manter esse comportamento durante a vida adulta.

Nesse contexto, o setor da saúde desempenha um papel significativo para a promoção da atividade física, não obstante é de suma importância a participação de outras áreas para que seja possível mudar a realidade da situação atual do

Brasil. Para tanto, a Educação Física se torna a grande aliada no combate ao comportamento sedentário, pois, por meio dela, o exercício físico em toda sua importância exibe benfeitorias em relação à saúde, além de tardar o envelhecimento e precaver o desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas, as quais são procedentes do sedentarismo, tornando-se um dos maiores obstáculos e gastos com a saúde pública nas comunidades nos últimos anos. O conjunto disso tem sido provocado especialmente pela inatividade física e, em consequência, chocado pelas inovações tecnológicas e maus hábitos alimentares (GUEDES et al., 2012).

Em razão de que a atividade física é um dos requisitos mais importantes para o bom desenvolvimento da criança e também do adolescente, no estudo de Solidade et al. (2021), constatou-se que a atividade física escolar está relacionada assertivamente com a saúde mental, uma vez que problemas nesse âmbito podem ser amenizados ou evitados, pois fomentam o bem-estar físico e psicológico e diminui os níveis de estresse, resultando na redução da insônia, do isolamento social, na sensação de solidão, além de melhorar as percepções da imagem corporal, fazendo com que os adolescentes se sintam bem consigo mesmos, visto que na adolescência a preocupação com a aparência física e o peso corporal se mostra mais acentuada.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A disciplina de Educação Física sofreu transformações para se firmar enquanto disciplina curricular obrigatória da EBN, partindo desde uma preocupação com o fortalecimento corporal, a saúde e a preparação para o mercado de trabalho até chegar a uma preocupação com a formação integral dos alunos. Rompendo paradigmas tradicionais da aptidão física e da esportivização, a Educação Física ganhou destaque no currículo da EBN, pois passou a ser vista como a principal ferramenta pedagógica capaz de promover uma formação integral de crianças, adolescentes e jovens em idade escolar.

É possível perceber que a reforma do ensino médio, promovida a partir da BNCC de 2017 e da DCNEM de 2018, provoca um retrocesso histórico para a Educação Física, quando a coloca como itinerário formativo, dispensando, assim, o



seu caráter obrigatório e possibilitando a sua flexibilização nos sistemas estaduais e a redução do número de aulas semanais a serem ministradas, ou seja, a carga horária da disciplina está sendo reduzida para dar espaço e mais importância a outros componentes curriculares e a formação para o mercado de trabalho.

Nesse contexto, ao reduzir a carga horária desse componente curricular, caminha-se contra as recomendações legais, como a própria LDB, que prevê a aplicação dessa disciplina em todas as fases da educação básica, bem como, vai de encontro com as preocupações constantes de construção de uma sociedade de hábitos mais ativos e saudáveis, pautados numa prática constante de atividades físicas, mas conscientes da sua relação sociocultural e ético-moral com as práticas da cultura corporal de movimento. Sendo assim, é preciso compreender a Educação Física escola, como ferramenta “sine qua non” para a formação de indivíduos mais ativos, saudáveis e crítico-reflexivos da sua realidade enquanto cidadãos. Desse modo, conclui-se que é fundamental ampliar os estudos e discussões a respeito desta temática.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. Q. Educação Física escolar e práticas pedagógicas inovadoras: uma revisão. **Corpo consciência**, Cuiabá-MT, vol. 21, n. 03 p. 7-16, set./dez., 2017.

BASTOS, Robson dos Santos; JUNIOR, Osvaldo Galdino dos Santos; FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida. Reforma do Ensino Médio e a Educação Física: um abismo para o futuro. **Revista Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. 52, p. 38-52, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n52p38>>. Acessado em: 28 de mar. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular Lei nº 13.415**. Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)>. Acesso em: 25/03/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <[https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_atividade\\_fisica\\_populacao\\_brasileira.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf)>. Acessado em: 10/04/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base Ensino Médio**. Brasília, 2018. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/histotico/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site\\_110518.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/histotico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf). Acessado em: 01/04/2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília. MEC. SEF. 1998. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>>. Acessado em 07/04/2022.

BRASIL. MÉDIO, E. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14\\_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf)>. Acessado em 07/04/2022.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Penso Editora, 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRILLO, Rogério de Melo; NAVARRO, Eloisa Rosotti; RODRIGUES, Gilson Santos. “Uma luta contra moinhos de vento”: concepções de jogo em 8 propostas curriculares brasileiras de Educação Física pós LDB/1996. **Corpo consciência**. Cuiabá-MT. Vol. 24. n. 2. p. 118-132. mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/issue/view/578>. Acessado em: 28/04/2022.

GUEDES, Dartagnan Pinto. et al. Aptidão física relacionada à saúde de escolares: programa fitnessgram. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 18, n. 2. p.72-76, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 131-145, 2017. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/753/pdf>> Acesso em: 25 de abril de 2022.

MACHADO, Thiago da Silva; BRACHT, Valter. O impacto do movimento renovador da Educação Física nas identidades docentes: uma leitura a partir da “teoria do reconhecimento” de Axel Honneth. **Movimento**. Porto Alegre. v. 22. n. 3. jul/set. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115347695013.pdf>. Acessado em: 28/04/2022.

MELO, Letícia Cavalieri Beiser de; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Sentido do ensino médio para estudantes de escolas públicas estaduais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, 2019.

METZNER, Andreia Cristina. **Leis e Documentos que regem a Educação Física escolar brasileira: uma breve apresentação.** *Revista Hispeci & Lema On Line — ano III – n.3 — nov.* 2012. Disponível em: <<https://www.unifafibe.com.br/revistas-online/arquivos/hispecielemaonline/sumario/22/10122012204854.pdf>>. Acessado em 05/04/2022.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física e qualidade de vida:** conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo, 7 ed. Florianópolis. Ed. do Autor. 2017. p. 175.

NETO, Alaim Souza. O que são os PCN? O que afirmam sobre a literatura? **Debates em Educação**, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 112, 2014. DOI: 10.28998/2175-6600.2014v6n12p112. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debate-seducacao/article/view/797>>. Acesso em: 08/04/ 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Diretrizes da OMS sobre atividade física e comportamento sedentário:** em resumo. OMS, 2020. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/337001>> . Acesso em: 24/04/2022.

PALMA, Ângela Pereira Teixeira Victoria; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli; PALMA, José Augusto Victoria. **Educação Física e a organização curricular:** educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. 2 ed. Londrina: Eduel, 2018.

RIBEIRO, Jaíne de Abreu Santos; RIBEIRO, Davi Soares Santos; OLIVEIRA, Cleiton Antonio de. Educação Física na Educação Infantil: um debate necessário. **Corpo consciência**, v. 25, n. 1, p. 64-73, jan./abr., 2021.

SILVA, Junior Vagner Pereira da. (In) Atividade física na adolescência: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 21, n.3, p. 166-179, 2013.

SOARES, Carmen Lucia. **Educação Física:** raízes europeias e Brasil. 3. Ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

SOLIDADE, Vanessa Teixeira da et al. School physical activity and mental health in school-aged Brazilian adolescents: a systematic review (Atividade física e saúde mental em adolescentes brasileiros escolarizados: uma revisão sistemática). **Rev. Bras. Cineantropom Desempenho Hum**, 2021. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/download/82866/47961/316088>>. Acesso em: 16/04/2022.

TENÓRIO, Maria Cecília Marinho. et al. Atividade física e comportamento sedentário em adolescentes estudantes do ensino médio. **Revista Bras Epidemiol**, p. 105-117, 2010. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rbepid/v13n1/10.pdf> acessado: 05/04/2022.